

INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NOS CURSOS TÉCNICOS DO IFAC

Nome(s) do(s) autor(es): Cleilson Rezende

Jamille dos santos Souza

Marlova Giuliani Garcia

Maria Ivoneide Araújo da Silva

Valdirene Nascimento da Silva Oliveira

Instituição: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre

E-mail: cleilson.ifac@gmail.com

jamille.ifac@gmail.com

ivoneyde.araujo12@gmail.com

marlova.garcia@ifac.edu.br

valdirene.oliveira@ifac.edu.br

Abstract: This study aimed to report the data obtained in the survey conducted by the students of Degree in Biological Sciences, Federal Institute of Education, Science and Technology of Acre. Currently one of the challenges is to transform the existing common school, new school, which caters for all students without distinction. However, for students with deafness and hearing impairment is difficult because the main obstacle is communication, the fact that this student be a member of a language that expresses his talk by hands. From these difficulties gave up their exclusion not only of society but



of their rights. Thus, it was necessary to intervene in this reality through the creation of some legal mechanisms: the Federal Constitution (1988) and the Law of Guidelines and Bases of Brazilian Education (LDB, No. 9394/96) which guaranteed various rights of these students with teachers specialist, who can work with people with disabilities in the classroom. The objective of this research was to know how was the process of access and permanence of deaf students within the Federal Institute of Education, Science and Technology of Acre. To carry out this research, a list of questions and an interview with deaf students with the aid of a sign language interpreter was used. From the information collected, it was found that the deaf are difficulties regarding the learning of some subjects, feel alone, as the communication between deaf and hearing, because its only connection with the hearing world is the interpreter of Libras.

Resumo: O presente trabalho tem objetivo de relatar dados obtidos na pesquisa realizada pelos alunos de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. Atualmente um dos desafios é transformar a escola comum existente, em nova escola, a qual atenda todos os alunos sem distinção. Porém, para os alunos com surdez e deficiência auditiva é algo difícil, pois o principal entrave é a comunicação, pelo fato deste educando ser usuário de uma língua que expressa sua fala através das mãos. A partir dessas dificuldades deu-se a sua exclusão não só da sociedade, mas de seus direitos. Desta forma, foi necessário intervir nesta realidade a partir da criação de alguns mecanismos legais: a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/96) que garantiram os diversos direitos destes alunos com professores especializados, que possam atuar com pessoa com deficiência na sala de aula. O objetivo desta pesquisa foi conhecer como se deu o processo de acesso e permanência dos alunos surdos dentro do IFAC. Para a realização dessa pesquisa, foi utilizado um roteiro de questões e uma entrevista com os alunos surdos com o auxílio de intérprete de língua de Sinais. A partir das informações coletadas, constatou-se que os surdos encontram dificuldades quanto ao aprendizado de algumas disciplinas, sentem-se sozinhos, quanto à comunicação entre surdos e ouvintes, pois sua única ligação com o mundo ouvinte é a intérprete de Libras.

Palavras chaves: Inclusão, políticas Públicas, Surdez.



Introdução

Até o século XVI não havia na sociedade preocupação em oferecer atendimento educacional às pessoas consideradas “diferentes” das demais. Assim, elas eram excluídas do processo de aprendizagem e participação na sociedade, qualquer pessoa que apresentava características físicas (consideradas como deformidades) e problemas mentais.

[...] acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado, sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa, característicos da nossa fase histórica. [...]. (BIANCHETTI e FREIRE, 2002, p.28).

Dentro deste pensamento, os surdos eram vistos como imbecis, incapazes, pois na afirmação de que o pensamento não podia se desenvolver sem linguagem e que este não se desenvolvia sem a fala, o surdo era visto como uma pessoa que não pensava, conseqüentemente era proibido de casar, possuir ou herdar bens, ou seja, foram excluídos da sociedade. Porém, com a mudança na vida produtiva e material dos homens, as pessoas com deficiências passaram a ser uma preocupação da sociedade, sendo ou pela força de trabalho que elas representavam ou pelos preceitos morais e religiosos dos grupos sociais.

As pessoas que geravam ou achavam esses desfavorecidos, os levavam às igrejas e demais espaços religiosos. E quem os cuidava eram Abades, Padres, Madres e demais pessoas do Clero. Essas crianças cresciam e eram educadas nesses espaços até atingirem a fase adulta (JANNUZZI, 2004).

Na história encontramos alguns precursores no desenvolvimento da educação de surdos: Na Espanha, Ponce de León. Em 1620, Juan Pablo Bonet escreve e publica um



livro sobre métodos educativos para Surdos, enfatizando a importância de ensinar aos surdos e aos seus professores o uso do alfabeto manual como método eficaz.

No século XVIII são criadas as primeiras instituições filantrópicas que atendiam cegos e surdos. No ano de 1756, em Paris, Abbé Charles Michel de L'Epée estende a educação de surdos para Paris, fundando a primeira escola para Surdos seguindo a filosofia gestualista, através dos sinais metódicos, representativo e classificadores e oralista, criando uma linguagem mímica universal que permitia a realização de uma instrução rápida. Seu objetivo era que a instrução possibilitasse a esses Surdos transformarem-se em elementos úteis manualmente para a sociedade.

Foi a partir do Congresso de Milão, em 1880, que se definiu uma nova corrente na educação dos surdos. O método oral puro passou a ser adotado em vários países da Europa, o método excluía o uso de gestos e passou a ser considerado como um instrumento capaz de dar aos surdos maiores possibilidades para adquirir a instrução que era transmitida na escola. Neste congresso ficou decidido pelos professores ouvintes à proibição da língua de sinais. O Método de articulação julgou-se superior ao método de Sinais, a língua de sinais passou então a ser proibida.

Somente em 1971, após o Congresso Mundial de Surdos em Paris, que a Língua de Sinais passou a ser novamente valorizada. Em 1981, surge um novo modo sobre educação de surdos o Bilinguismo.

O Bilinguismo considera o uso das duas línguas, mas privilegiando a Língua de Sinais como eixo fundamental para sua cultura e identidade, pois é adquirida de forma espontânea pelo surdo, desde que haja contato com outros surdos. Tendo como objetivo haver uma melhor comunicação do surdo com uma pessoa ouvinte. O Bilinguismo



começou a ser utilizado no Brasil através de estudos realizados pela professora de Linguística Lucinda Ferreira Brito sobre Libras.

A Libras no Brasil teve a sua primeira instituição para pessoas com surdez, criada ainda no Império D. Pedro II e existente até hoje, sendo considerada até os dias atuais, centro de referência nacional na educação de surdos: o Instituto Nacional de Surdos (INES). Percebe-se que a luta pela educação para deficientes auditiva ainda falta muito para atingir seu objetivo, especialmente quanto ao processo de inclusão de pessoas com surdez. Diante deste contexto, surgem inquietações quanto à inclusão de alunos surdos nos cursos técnicos Informática e Segurança do trabalho no IFAC. Os primeiros surdos iniciaram nos cursos técnicos em 2011, ingressando através da ação afirmativa 01, que está destinada a pessoas com deficiências.

Metodologia

O presente artigo está fundamentado em uma abordagem interdisciplinar, pois tratar-se de educand@s¹ do curso de Ciências Biológicas, em uma pesquisa com educandos² surdos matriculados nos Cursos Técnicos em Informática, Segurança do Trabalho do Instituto Federal do Acre- campus Xavier Maia. A percepção deu-se da observação dos educand@s em conhecer o universo próximo, ou seja, o universo surdo, como se deu o processo de acesso e permanência, pois gostaríamos de entender como se

¹ Usaremos o símbolo @ para designar os dois gêneros: masculinos e feminino.

² Usaremos o termo de educandos pela leitura de Paulo Freire.



deu o processo de acesso e como está sendo a permanência deles dentro da rede de ensino. Uma vez que visa precipuamente buscar respostas para as questões particulares de uma realidade social (MINAYO,1994).

A primeira etapa consistiu em levantamento bibliográfico com conceitos importantes para a pesquisa: Surdez, inclusão escolar, políticas públicas. Nesta etapa, a importância do sentido de ouvir se contrapôs com o não ouvinte, e os educand@s perceberam as dificuldades encontradas pelos surd@s dentro do ambiente que vivem, bem como o espaço escolar em que está inserido. Assim, as ressonâncias passaram a incorporar as suas vozes, e possibilitaram uma abordagem consciente do mundo surdo. É mister informar que essa consciência está ligada as subjetivações pessoais de cada educand@, bem como a sua forma de interesse pelo assunto, e assim, resultando em uma pesquisa com outr@s educand@s sobre esse assunto.

Segundo Vasconcelos(2002) que sugere que a elaboração do roteiro de entrevista deve combinar perguntas abertas e fechadas de modo que possibilite a fala ampla dos entrevistados. Assim, a seleção dos atores adotou-se o entrevistado ser pertencente ao “povo surdo” e com anteriormente ressaltado, serem educand@s da rede de ensino IFAC- campus Xavier Maia e conhecer a realidade social dentro da escola e as formas de dificuldades enfrentadas dentro do contexto social. A figura do interprete³ fez-se necessária, pois os entrevistadores não tinham domínio da linguagem de sinais- Libras.

A idade média dos alunos desse estudo é de 20 a 30 anos e o tempo médio de curso no IFAC é de 1 ano a 1 ano e meio.

³ Intérprete de língua de sinais - Pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais. MEC 2004.

Inicialmente deu-se contato visual com os educand@s surdos, e com o auxílio do intérprete pode-se explicar os motivos que levaram os educand@s do curso de Ciências Biológicas a fazerem as abordagens. Os educand@s surdos responderam as perguntas em forma de entrevista com questões abertas. As bases dos quesitos são a inclusão do educand@s surdos no ensino regular e as dificuldades que ocorreram nesse processo.

Em um segundo momento, os alunos tiveram cerca de meia hora para responder ao questionário realizado em forma de entrevista. Durante o processo da entrevista não houve interferência dos pesquisadores. O roteiro de perguntas foi estruturado com questões abertas referentes à inclusão do aluno surdo no ensino regular e às dificuldades identificadas pelos mesmos nesse processo. Os dados textuais, entrevista semiestruturadas fornecidos aos atores foram analisados através da técnica Análise de Conteúdo, uma vez que está constituirá uma das possibilidades no processo de reconhecimento do conteúdo das respostas contidas na entrevista, dando vozes aos atores como forma de expressão. BARDIN(1994)

É interessante notar que a análise de conteúdo deve ser avaliada no que se refere à sua fundamentação nos materiais pesquisados, e, a congruência com a interpretação do pesquisador no tange o objetivo da pesquisa, uma vez que os analistas de conteúdo devem interpretar as expressões dos contextos, bem como o apelo através deste. BAUER(2002). Com isto, a valoração não estava inserida apenas nos números de entrevistad@s, mas nas ocorrências de repetição semântica. Faz-se importante destacar que nesta pesquisa, o material para a Análise de Conteúdo foram 03 entrevistas realizadas com educan@s surdos.

Análise dos resultados



Nas análises dos resultados obtidos através das entrevistas com auxílio do intérprete de libras percebe-se pelas respostas, que desconheciam o motivo da surdez, tod@s tem surdez profunda. De maneira geral, a comunicação com pessoas ouvintes acontece de forma oralizada com o auxílio das interpretes. No entanto, os alunos relatam que não é fácil se comunicar desta forma, pois, as pessoas ouvintes ainda não têm conhecimentos com relação à surdez e a língua de sinais. De maneira geral, o alun@ surdo prefere se comunicar através da língua de sinais. Os alunos também relatam que não entendem muito bem a leitura labial e acham necessária a ajuda do intérprete na sala de aula para auxílio nas atividades escolares. Relataram que para ocorrer o diálogo entre o professor e os colegas é extremamente necessário a mediação da interprete. No estudo foram relatados pelos entrevistados algumas dificuldades em se relacionarem com os colegas ouvintes, acarretando solidão na sala de aula. A relação aos educadores foi um dos pontos destacado por eles, pois não ocorre a comunicação com este, O material didático que utilizam não supre as necessidades, e não usam materiais visuais, e utilizam a fala para o processo de ensino-aprendizado.

Em relação às dificuldades de aprendizagem enfrentada pelos alunos surdos, todos disseram ter dificuldade nas disciplinas de matemática, física, químicas e língua portuguesa. Nas demais disciplinas relataram que conseguem ter bom desempenho. Os educan@s relataram que tem sido mais fácil aprender com a ajuda do intérprete.

No ponto de vista dos entrevistados, os educadores ainda não têm acessibilidade ou sensibilidade em adaptar as metodologias, por não saberem/entenderem das dificuldades enfrentadas pelos surdos, pois eles têm a língua portuguesa como segunda língua sendo sua primeira língua a Libras.



Conclusão

A presente pesquisa teve por objetivo analisar o processo de inclusão sob o olhar dos educand@s surd@s no ensino técnico dos cursos: Técnicos em Informática, Segurança do Trabalho do IFAC, campus Xavier Maia. Foram abordadas algumas concepções históricas acerca da surdez que auxiliaram a entender as atitudes que vêm sendo demonstradas pela sociedade.

A partir da análise de conteúdo na pesquisa foi possível chegar a algumas conclusões: a legislação defende a educação inclusiva na medida em que esclarece os direitos que os surdos têm para o processo de inclusão. Mas, infelizmente, o fato de constar em leis, decretos ou resoluções não significarão muito se as ações tentadas para a inclusão das pessoas com deficiências não sejam planejadas e estruturadas de modo que elas tenham seus direitos respeitados para enfim atender as suas necessidades.

Ao analisar os relatos dos alunos surdos que participaram da pesquisa por meio de entrevistas, observaram-se algumas contradições entre a legislação específica sobre a surdez e a prática de inclusiva da instituição de ensino. Percebe-se aí que a instituição ainda está em fase de organização referente ao processo de inclusão. Em relação à interação entre alunos surdos e ouvintes, os entrevistados responderam que não são incluídos ao grupo, faltando muito para serem incluídos, necessitando assim, de uma ruptura de padrões tanto de ouvintes quanto de surdos. A sociedade precisa livrar-se de fronteiras para que todos sejam inclusos, principalmente no âmbito escolar.

Através deste estudo foi possível verificar o processo de inclusão de alunos surdos no Instituto Federal do Acre, Câmpus Xavier Maia, nos cursos técnicos em Informática e Segurança do Trabalho, percebe-se a importância da formação continuada específica ao corpo docente para atuar junto a esses alunos e a conscientização da



comunidade escolar como um todo, sobre a importância da inclusão dos alunos com deficiência em especial, o aluno surdo. Portanto o que se pode constatar é que, atualmente, na instituição pesquisada o processo de inclusão, esta iniciando timidamente, percebe-se que muito ainda precisa ser feito.

Percebe-se a necessidade de um núcleo de atendimento pedagógico aos docentes, especialmente no que se refere às pessoas com deficiência esse departamento seria responsável pela formação continuada, à construção de cartilhas informativas para toda a comunidade escolar. Sendo assim, entender que essas deficiências não significam impedimento para os alunos, é preciso haver o cumprimento das leis de acordo com as normas estabelecidas para assim proporcionar as mesmas condições de ensino-aprendizagem a todos.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70. 1994.

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. **Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes**. In **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. 5. ed. Papyrus Editora, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **Primeiras iniciativas de encaminhamento da questão**. In: **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MINAYO, M.C. **Conceitos básicos sobre metodologias e sobre abordagens qualitativas**. Ed. Hucitec, São Paulo, SP. 1994.